

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº. 216

Período: 17/06/06 a 23/06/06

Franca – Brasil

- 1- Violência reacende no Haiti
- 2- Artigos analisam a viabilidade da retomada das obras da usina nuclear de Angra 3
- 3- Ministro da Defesa admite hipótese de falência da Varig
- 4- Acidente na Aman mata um soldado e fere outro
- 5- Possibilidade de suspensão de reajuste salarial irrita militares

1- Violência reacende no Haiti

O jornal *Folha de S. Paulo* divulgou que nem mesmo a posse do presidente René Préval e a transferência da região de Cité Soleil – antes sob a responsabilidade de tropas jordanianas – para o comando brasileiro impediram que a capital haitiana voltasse a registrar um aumento do número de ataques contra policiais, de confrontos entre gangues armadas e de seqüestros, o que tem gerado o temor, por parte dos atores envolvidos no processo político do Haiti, de que se perca o momento favorável para a estabilização do país. Segundo o tenente-coronel Dos Anjos, responsável pela comunicação social da missão brasileira, o recrudescimento da violência foi motivado, sobretudo, pela disputa territorial entre pelo menos três gangues na região de Cité Soleil e na vizinha Cité Militaire – também sob responsabilidade do Brasil – que, no entanto, vem contrariando o clima otimista vislumbrado pela promessa de vários líderes dessas gangues de que deporiam as armas caso o então candidato René Préval vencesse o pleito. Félix Ulloa, diretor no Haiti do Instituto Democrático Nacional para Assuntos Internacionais, criticou a falta de atitude das Nações Unidas, estando a situação propícia para a evolução da estabilização do país caribenho, e cobrou da missão de paz medidas em torno da elaboração de um plano efetivo de desarmamento; plano este que, de acordo com o comandante militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, general José Elito Siqueira, dependeria somente da iniciativa do governo Préval, sendo, portanto, incompatível com uma ação militar das forças internacionais. (Folha de S. Paulo – Mundo – 17/06/06).

2- Artigos analisam a viabilidade da retomada das obras da usina nuclear de Angra 3

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, Othon Pinheiro da Silva, responsável, de 1979 a 1994, pelo Programa de Enriquecimento de Urânio com Ultracentrífugas Brasileiras e pelo Programa de Propulsão para o Submarino Nuclear Nacional, exercendo atualmente a função de diretor-presidente da Eletronuclear, defendeu a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3, primeiramente, por ser a energia térmica – gerada a partir entre outras da energia nuclear – uma alternativa para garantir a estabilidade do potencial hidroelétrico brasileiro em momentos em que ele e as fontes renováveis de

energia não estiverem plenamente disponíveis. Além disso, Silva chamou atenção para o fato de o Brasil possuir a sexta maior reserva de urânio do mundo e, também, ser detentor de um patrimônio tecnológico seletivo a um pequeno grupo de países que é o domínio de todas as etapas de produção do combustível nuclear e capacitação, em projeto, construção e operação de usinas nucleares. Por fim, são mencionados ainda o baixo valor do suposto preço do megawatt/hora (MWh) gerado pela usina; o mínimo impacto sócio-ambiental em termos de uso do solo, necessidade de novas linhas de transmissão e produção de gases de efeito estufa; e a segurança no armazenamento dos rejeitos derivados do processo energético, como motivos que corroboram tal visão. Com outra leitura, porém, observa Joaquim Francisco de Carvalho, ex-diretor da Nuclen (antiga Eletronuclear), a retomada das obras de Angra 3. Para ele, operacionalizar esta usina, segundo cálculos do Operador Nacional do Sistema, só acarretaria prejuízo, uma vez que o seu custo de geração ficaria em torno de R\$144/MWh, acima dos R\$ 80/MWh referentes ao custo marginal médio para expansão do sistema hidrelétrico, onerando-o, desse modo, com um acréscimo de custos da ordem de R\$ 470 milhões, em comparação ao que seria gasto na construção de novas hidrelétricas de potência equivalente. Ademais, o investimento na construção de uma obra do porte de Angra 3 excederia o atual já vultoso valor orçado de R\$ 1,8 bilhão. Carvalho então conclui que a capacitação brasileira para fazer o projeto básico, desenvolver os materiais, desenhar e construir uma usina nuclear, somente viria quando o governo, em vez de comprar projetos no exterior, como o de Angra 3, entregasse aos centros de excelência brasileiros, especificamente ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo (Ipen) e ao Centro Tecnológico da Marinha (CTM-SP), a responsabilidade de desenvolver e construir um protótipo de usina e adaptá-lo para escala industrial, no que fundamentaria um legítimo programa nuclear brasileiro. (Folha de S. Paulo – Tendências/Debates – 17/06/06).

3- Ministro da Defesa admite hipótese de falência da Varig

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro criou um gabinete de crises para discutir a situação da empresa Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), que está prestes a decretar falência. Liderado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), vinculada ao Ministério da Defesa, o gabinete de crises é também integrado por representantes da Infraero, do Ministério das Relações Exteriores, do Gabinete de Segurança Institucional, juntamente com o Comando da Aeronáutica, Ministério do Turismo e Polícia Federal. A função deste grupo é prestar assistência aos passageiros e planejar uma nova divisão das linhas aéreas, já que a Varig provavelmente irá cancelar a maioria de seus vôos internacionais. O jornal *Folha de S. Paulo* informou que até mesmo o ministro da defesa, Waldir Pires, antigo defensor do apoio governamental à companhia aérea, admitiu a hipótese de falência da empresa. Entretanto, Pires não descartou a possibilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil prestar auxílio aos administradores da Varig, caso estes apresentem garantias. Tal proposta desagradou o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, o qual declarou que o BNDES é um “banco social”, possuidor de capital proveniente dos cidadãos brasileiros. O *Estado* divulgou também a hipótese da Força Aérea

Brasileira fazer alguns vôos emergenciais para trazer de volta brasileiros que estão no exterior e compraram bilhetes da Varig. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 21/06/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/06/06).

4- Acidente na Aman mata um soldado e fere outro

O jornal *O Globo* noticiou que um disparo acidental matou um soldado e feriu outro na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, estado do Rio de Janeiro. Segundo o Exército, foi aberto Inquérito Policial Militar para investigar se o disparo foi causado por falha humana ou do armamento. O acidente ocorreu no momento da troca da patrulha da Polícia do Exército, no Portão Monumental na entrada da Aman. (O Globo – Rio – 21/06/06).

5- Possibilidade de suspensão de reajuste salarial irrita militares

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os militares brasileiros se irritaram com o Palácio do Planalto devido à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o prazo para aumentos aos servidores. O TSE decidiu que os reajustes salariais acima da inflação autorizados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mês de maio ou já acertados com o funcionalismo público deveriam ser suspensos. De acordo com o órgão, os aumentos deveriam ser dados até dia 04 de abril, já que após essa data haveria um desacordo com a legislação eleitoral, que fixa em 180 dias antes das eleições o limite para o benefício. Os militares haviam alertado a Casa Civil da Presidência para a necessidade de editar a medida provisória até dia 03 de abril, medida essa que daria o aumento de 10% para as três Forças. Porém, na época, eles foram informados que o prazo para aumentos de servidores em ano eleitoral era dia 30 de junho. A cúpula militar teme que a eventual suspensão do reajuste crie inquietação e insegurança nos quartéis. O ministro da Defesa, Waldir Pires, afirmou que o reajuste de 10 % já está decidido desde o ano de 2005 e na medida em que não se trata de um aumento, mas sim de uma reposição salarial, a medida provisória poderá ser assinada. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/06/2006).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

****O Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos**

(CELA) da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Franca/SP, sob coordenação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

***Equipe:

Alexandre K. Yasui Matsuyama (Redator, graduando em Relações Internacionais); Ana Paula da Silva (Redatora, graduanda em História); André Marron (Web master, graduando em Relações Internacionais); Carla Rubacow (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História); Juliana Bigatão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, Bolsista FAPESP); Leonardo Soares de Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais) e Maíra Bichir (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).

**** As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais